

Demonstrações Financeiras

Confidence Corretora de Câmbio S.A.

30 de junho de 2025
com Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Financeiras



Confidence Corretora de Câmbio S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais 4

Demonstrações do Resultado..... 6

Demonstrações do Resultado Abrangente 7

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 8

Demonstrações dos Fluxos de Caixa 9

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 10

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Diretoria da Confidence Corretora de Câmbio S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório do Auditor Independente sobre as referidas demonstrações.

A Travelex é uma empresa especializada em câmbio, reconhecida mundialmente, com presença em mais de 20 países. No Brasil, o Grupo é composto pelo Banco Travelex S.A. — o primeiro banco exclusivo para operações de câmbio regulamentado pelo Banco Central — e pela Confidence Corretora de Câmbio S.A., que possui mais de 20 anos de experiência no setor. Após a aprovação final do Banco Central, em fevereiro de 2025, as empresas Number One Sociedade Corretora de Câmbio Ltda. e Number One Consultores Associados Ltda. passaram a integrar o Grupo de forma plena.

O Conglomerado Financeiro Travelex no Brasil é uma organização autofinanciada, que atua de maneira sólida e independente da estrutura global.

Nosso objetivo é oferecer aos clientes soluções seguras, ágeis e eficientes, com excelência regulatória e atendimento personalizado, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas.

Nossos produtos e serviços estão disponíveis por meio de atendimento omnichannel, incluindo correspondentes, call center, aplicativos móveis e e-commerce. Além disso, mantemos forte presença geográfica nas principais cidades do Brasil, por meio de nossa rede própria de lojas, que conta com 124 pontos de atendimento. Essa rede foi ampliada, desde o início de 2025, com a parceria firmada com a Europa Câmbio, que agregou mais 21 lojas à rede Confidence.

O Conglomerado Financeiro Travelex permanece firmemente comprometido com seus clientes e com o desenvolvimento de seus negócios, ampliando continuamente sua atuação no mercado financeiro brasileiro.

Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança, bem como ao indispensável apoio dos nossos acionistas. Esperamos recompensá-los com os resultados esperados, por meio do pagamento de dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido apurado no exercício social, após a dedução da Reserva Legal, conforme previsto em nossos estatutos sociais. No primeiro semestre de 2025, foi realizada a distribuição antecipada de dividendos no montante de R\$ 4.000 mil.

Por fim, expressamos nossos sinceros agradecimentos aos colaboradores, cujo reconhecimento nos concedeu, pela sexta vez, o selo “Great Place to Work”.

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos administradores e acionistas da
Confidence Corretora de Câmbio S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Confidence Corretora de Câmbio S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Confidence Corretora de Câmbio S.A. ("Corretora") em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações Comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº

4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) ou na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

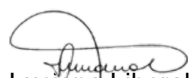
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda
2SP-014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Confidence Corretora de Câmbio S.A.

Balanços Patrimoniais
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30.06.2025</u>
Ativo		
Circulante		60.474
Disponibilidades	4	37.694
Ativos Financeiros		2.711
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	1.652
Carteira própria	5.a	286
Vinculados à prestação de garantias	5.a	773
Outros Créditos		20.069
Negociação e Intermediação de Valores		27
Impostos a compensar	6	1.552
Rendas a receber		383
Despesas antecipadas		1.410
Diversos	7	16.697
Não Circulante		75.682
Ativo fiscal diferido	18.b	48.667
Diversos	7	1.782
Investimentos	8	3.216
Imobilizado de uso	9	36.667
Intangível	10	70.217
Depreciações e Amortizações		(84.866)
(-) Depreciações	9	(26.707)
(-) Amortizações	10	(58.159)
Total do Ativo		136.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confidence Corretora de Câmbio S.A..

Balanços Patrimoniais
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30.06.2025</u>
Passivo		
Circulante		36.166
Instrumentos Financeiros		20
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	20
Outras obrigações		24.132
Fiscais e previdenciárias		3.812
Diversas	11	20.319
Provisões		12.014
Provisões a pagar	12	4.404
Provisões sobre folha de pagamento		5.678
Provisões para passivos contingentes	21	1.932
Patrimônio líquido		99.990
Capital social		
De domiciliados no país	13.a	66.000
Reserva legal	13.b	4.019
Reserva de lucros	13.c	29.971
Total do Passivo		136.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confidence Corretora de Câmbio S.A.



Demonstrações do Resultado
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>30.06.2025</u>
Receitas da intermediação financeira		62.707
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	65
Resultado de operações em moeda estrangeira		62.642
Resultado da intermediação financeira		2.498
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.c	2.498
Resultado bruto da intermediação financeira		65.205
Outras receitas (despesas) operacionais		(65.148)
Receitas de prestações de serviços	14	12.631
Despesas de pessoal	15	(34.566)
Despesas tributárias		(4.437)
Despesas administrativas	16	(41.615)
Outras receitas e despesas operacionais	17	2.839
Resultado operacional		57
Resultado de participações em controladas e coligadas		273
Resultado não operacional		103
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		433
Tributos e participações sobre o lucro	18	2.905
Imposto de renda e contribuição social – diferido		3.855
Programa de participação nos resultados		(950)
Lucro do semestre		3.339
Quantidade de ações em circulação		1.023.878.170
Resultado básico e diluído por ação (em reais)		0,0033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confidence Corretora de Câmbio S.A.



Demonstrações do Resultado Abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	<u>30.06.2025</u>
Lucro líquido do semestre	<u>3.339</u>
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u><u>3.339</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confidence Corretora de Câmbio S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais)

Eventos	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		45.284	3.378	42.532	-	91.194
Aumento de capital	13.c	20.716		(20.716)	-	-
Lucro líquido no semestre	13	-	-	-	4.877	4.877
Reserva legal	13.b	-	244	-	(244)	-
Reserva de lucros		-	-	4.633	(4.633)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		66.000	3.622	26.449	-	96.071
Mutações do semestre		20.716	244	(16.083)	-	4.877
 Saldos em 31 de dezembro de 2024		 66.000	 3.852	 30.799	 -	 100.651
Lucro líquido no semestre	13	-	-	-	3.339	3.339
Reserva legal	13.b	-	167	-	(167)	-
Dividendos pagos antecipadamente		-	-	(4.000)	-	(4.000)
Reserva de lucros		-	-	3.172	(3.172)	-
Saldos em 30 de junho de 2025		66.000	4.019	29.971	-	99.990
Mutações do semestre		-	167	(828)	-	(661)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confidence Corretora de Câmbio S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	30.06.2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro ajustado do semestre	(18.000)
Lucro líquido do semestre	3.339
Ajustes ao lucro líquido	(21.339)
Depreciação e amortização	3.111
Provisão para contingências	(647)
Efeitos da variação cambial de caixa e de equivalente de caixa	(19.574)
Impostos diferidos	(3.855)
Resultado na baixa de valores e bens	(103)
Equivalência patrimonial	(273)
Variações nos ativos e passivos	6.216
Aumento em outros créditos	1.195
(Redução) em instrumentos financeiros	(2.394)
Aumento em outras obrigações	2.079
Aumento em impostos e contribuições	1.250
Aumento na carteira de câmbio	3.986
Aumento em negociação de intermediação de valores	18
Aumento em outros valores e bens	81
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(11.784)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de imobilizado	(881)
Baixas no imobilizado	136
Aplicações no Intangível	(2.705)
Aumento das participações em controladas	(1.285)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.735)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Dividendos pagos antecipadamente	(4.000)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamentos	(4.000)
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(20.519)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	38.641
Efeitos da variação cambial de caixa e de equivalente de caixa	19.574
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	37.694
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(20.519)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Confidence Corretora de Câmbio S.A. ("Corretora") vem operando no mercado de câmbio desde sua constituição em 31 de janeiro de 2001. Tem como objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio, de acordo com o disposto na regulamentação vigente.

Em 2012, o Banco Central do Brasil autorizou a compra de 49% do Grupo Confidence pela Travelex Limited, de Londres, sendo que essa transação foi efetivada em 11 de abril de 2013. A diretoria da Corretora aprovou o ingresso da Travelex Limited, no grupo de controle societário do Grupo Confidence em 14 de março de 2013. A Travelex Limited adquiriu os 51% restantes do Grupo Confidence em 7 de janeiro de 2015.

Historicamente, a Corretora prestava serviços a outras empresas do grupo Travelex no Brasil. No segundo trimestre de 2021, as áreas administrativas ainda alocadas na Corretora, foram transferidas para o Banco, e assim, a alocação dos custos relacionados a prestação de serviços intercompany inverteu.

Em 06 de março de 2024, efetuamos um adiantamento para aquisição de uma Corretora, Number One Sociedade de Câmbio Ltda, aprovado pelo Bacen em 14 de fevereiro de 2025.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Resoluções CMN nº 4.966/21, nº 5.100/22 e a Resolução BCB nº 352/23, emitidas pelo BACEN, regulamentam os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar pelo BACEN.

Ativos financeiros - Classificações

Anterior à adoção da Resolução CMN nº 4.966/21	Efeitos da adoção				Após à adoção da Resolução CMN nº 4.966/21
	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2025	
Disponibilidades	38.641	38.641	-	38.641	Disponibilidades - Custo Amortizado
TVM - Disponível para Negociação	994	994	-	994	TVM - Valor Justo por Meio do Resultado

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Corretora optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras individuais, referentes aos períodos do ano de 2025.

Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros, provisão para passivos contingentes e expectativa de realização dos créditos tributários registrados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. Para melhor apresentação do resultado as receitas e despesas de variação cambial foram classificadas dentro da rubrica de resultado de operações de câmbio.

O Banco Central do Brasil regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), através da resolução BCB nº 2/20. As informações desta demonstração financeira já estão ajustadas com base na Resolução BCB nº 2/20, a qual define que os saldos do balanço patrimonial devem ser apresentados por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, que o balanço patrimonial ao final do período corrente deve ser comparado com o balanço patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e que as demais demonstrações comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior, o ativo e o passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo, além da inclusão da demonstração do resultado abrangente.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de agosto de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Corretora e também a moeda de apresentação.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério “*pro rata*” dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moedas estrangeiras, as quais são calculadas com base no método linear.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados substancialmente por disponibilidades em moedas estrangeiras, numerário em custódia junto a empresa especializada,

aplicações em moedas estrangeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e aplicações em operações compromissadas - posição bancada cujo vencimento das operações, na data da aplicação, seja de até 90 dias.

c) Títulos e valores mobiliários

As Resoluções CMN nº 4.966/21, nº 5.100/22 e a Resolução BCB nº 352/23, emitidas pelo BACEN, regulamentam os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar pelo BACEN.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco adotou os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21, para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Essa norma substitui a Circular nº 3.068/01, passando a classificar e mensurar ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa, podendo ser:

- i. Custo amortizado (CA): utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- ii. Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA): utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- iii. Valor justo no resultado (VJR): utilizada quando a intenção for de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados.

Em 30 de junho de 2025, a Corretora não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (i) e (ii).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução Bacen 4.277/13.

Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual, portanto, sendo classificados como custo amortizado ou valor justo no resultado.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002 e Resolução CMN nº 4.966/21 quando aplicável. São compostos por operações de Mercado Futuro cujos ajustes são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado. Os valores referenciais são contabilizados em contas de compensação.

e) Operações de câmbio

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio (Ptax) da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do semestre.

f) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Ativo imobilizado e intangível

Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
- Sistemas de comunicação, segurança e transporte - 20%; e
- Sistemas de processamento de dados, benfeitorias - 20%.

Ativo intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- *Softwares* – 20%; e
- Outros intangíveis - 20%.

h) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular Bacen nº 3.429, de 11/02/2010. Sendo:

- (i) *Ativos contingentes* - são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
 - (ii) *Passivos contingentes* - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e
 - (iii) *Obrigações legais* - são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.
- i) Redução no valor recuperável de ativos (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.924/21 em observância ao Pronunciamento Técnico 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

Não foram identificadas perdas por *impairment* em 30 de junho de 2025.

- j) Provisão para imposto de renda/contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) para instituições financeiras foi de 15%, nos termos da Lei 13.169/2015.

Lei nº 14.467/22 – Tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos

A lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, altera as regras relacionadas a dedução das perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (a lei 9.430/96 deixa de ser aplicável às Instituições Financeiras a partir de 1/1/2025). Tais alterações tiveram como objetivo a aproximação das normas tributária e contábil, com vistas a reduzir as fragilidades resultantes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

(i) O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;

(ii) O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

- Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;

- Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;

- Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No período em que se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica, para os fins legais, deverão ser adicionados.

Recuperação de Créditos: Deverão ser computados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja Pessoa Jurídica ("PJ") ou Pessoa Física ("PF"); diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

Adicionalmente, caberá a Corretora realizar a dedução na razão de 1/84 para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026, referente as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 dos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidos até a referida data.

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

l) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base na média diária de ações em circulação no semestre/exercício.

m) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, prevê que deve ser divulgado de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes, que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30.06.2025</u>
Caixa	6.977
Depósitos bancários	8.778
Disponibilidades em moeda estrangeira (1)	21.939
Total	<u>37.694</u>

(1) Refere-se a depósitos em moeda estrangeira no montante de R\$ 3.232, valores em espécie no montante de R\$ 18.231, moedas, cheques, travel cheques em trânsito no montante de R\$ 476.

5. Instrumentos financeiros

a) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	<u>30.06.2025</u>		
	Valor contábil bruto	Ajuste ao VJR	Total
Valor Justo por Meio do Resultado			
Carteira própria	285	1	286
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	285	1	286
Vinculados a prestação de garantias	771	2	773
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	771	2	773
Total Valor Justo por Meio do Resultado	1.056	3	1.059
Total de títulos e valores mobiliários	1.056	3	1.059

b) Composição por vencimentos dos títulos e valores mobiliários

	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>
Letras Financeiras do Tesouro	1.059	1.059
Total	1.059	1.059

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foram apurados com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e encontravam-se custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Durante o semestre não houve reclassificação nas categorias dos títulos e valores mobiliários. Os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação foram registrados no ativo circulante independente dos seus prazos de vencimento.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são classificadas no nível 1 da hierarquia de valor justo prevista no CPC 46 – Valor Justo, já que possuem preços cotados em mercado ativo.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Corretora auferiu resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 65.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos atendem aos critérios da Circular Bacen nº 3.082/02. As operações são registradas em contas patrimoniais e de compensação, e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias do Banco a flutuações de preços de ativos financeiros.

A Corretora possui contratos de futuros de moeda estrangeira e termo de moeda estrangeira sem entrega física – NDF para oferecer proteção contra sua exposição cambial. As operações com NDFs estão registrados na B3.

Derivativos NDFs

Derivativos NDFs Ativo Passivo)	Até 3 meses	Total
Operações NDF a Termo	1.652	1.652
Total	1.652	1.652
Derivativos NDFs Passivo	Até 3 meses	Total
Operações NDF a Termo	20	20
Total	20	20

Os valores referentes ao ajuste diário a receber estão registrados na rubrica de Instrumentos financeiros derivativos.

O valor de mercado dos contratos de NDFs são precificadas pela variação da moeda em relação a taxa de compra/venda pactuada, tendo em vista o curtíssimo prazo das operações.

O resultado de NDFs no semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 2.022.

Em 30 de junho de 2025, a Corretora apurou o resultado de operações de futuro de R\$ 476.

6. Impostos a compensar

	30.06.2025
IRPJ a compensar	977
CSLL a compensar	503
IRRF e IOF a compensar	49
COFINS a compensar	14
PIS a compensar	2
ISS a compensar	7
Total	1.552

7. Outros créditos - diversos

	30.06.2025
Devedores diversos – país (1)	15.732
Valores a receber Intercompany (nota 20)	545
Depósito judicial	1.163
Bloqueio judicial	619
Adiantamentos e antecipações salariais	94
Adiantamento a fornecedores	4
Valores a Receber em M.E.	272
Outros	50
Total	18.479
Circulante	16.697
Não Circulante	1.782

- (1) Refere-se a, valores a receber de cartão de crédito e de débito R\$ 15.203, e diversos valores R\$ 529.
- (2) Em 30 de junho de 2025, foi registrado um resultado líquido com operações de valores a receber em M.E., no valor de R\$ 272 proveniente de remessas internacionais, compra e venda de moedas e cargas em cartões pré-pagos.

8. Investimento

a) Composição do investimento: a metodologia adotada, é a equivalência patrimonial.

	30.06.2025		
	Investidas		
	Travelex Corretora de Seguros LTDA	Number One Sociedade Corretora de Cambio LTDA (1)	Total
Saldo em 30.06.2025	1.931	1.285	3.216

(1) Investimento aprovado pelo Bacen em 14 de fevereiro de 2025.

9. Imobilizado de uso

Composição do imobilizado de uso

	30.06.2025		
	Custo	Depreciação	Valor
Instalações, móveis, benfeitorias	29.884	(21.007)	8.877
Veículos	403	(97)	306
Sistema de processamento de dados	6.379	(5.603)	776
Total	36.666	(26.707)	9.959

Movimentação do imobilizado de uso

	30.06.2025
Saldo inicial	10.464
Aquisições	881
(baixas)	(48)
Depreciação (nota 16)	(1.338)
Saldo final	9.959

10. Intangível

Composição do intangível

	30.06.2025		
	Custo	Amortização	Valor
Cessão de direito de uso	17.775	(17.229)	546
Direitos sobre aquisição de ativos (1)	7.145	(7.145)	-
Software	45.297	(33.785)	11.512
Total	70.217	(58.159)	12.058

(1) Valores referentes aos direitos sobre a aquisição de ativos intangíveis, mediante contrato de compra de ativos da empresa Renova Corretora de Câmbio, celebrado em 4 de dezembro de 2015, relacionados basicamente a valores de marca, acordo de não concorrência e contratos com correspondentes exclusivos.

Movimentação do intangível

	30.06.2025
Saldo inicial	11.126
Aquisições	2.705
Baixa	-
Amortização (nota16)	(1.773)
Saldo final	12.058

11. Outras obrigações - diversas

	30.06.2025
Obrigações a efetivar com cliente	3.973
Pagamentos a efetuar (2)	4.303
Prestação de serviço intercompany (nota 20)	1.263
Créditos não identificados (1)	387
Valores a Pagar em M.E. (3)	9.795
Outros	598
Total	20.319

(1) Refere-se aos valores recebidos de clientes pela Corretora, porém pendentes de identificação.

(2) Os saldos a pagar referem-se a aluguéis e condomínios das lojas, cessões de espaço, serviços gerais, telefonia e comissões a pagar.

(3) Em 30 de junho de 2025, foi registrado um resultado líquido com operações de valores a pagar em M.E., no valor de R\$ 9.795 proveniente de remessas internacionais, compra e venda de moedas e cargas em cartões pré-pagos.

12. Provisões a pagar

	30.06.2025
Bônus	1.467
Fornecedores	1.085
Comissão	833
Aluguel	508
Folha de pagamento	399
Serviços jurídicos	40
Propaganda e publicidade	72
Total	4.404

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 66.000 e está representado por 1.023.878.170 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos da legislação em vigor, até o limite de 20% do capital social.

Em 30 de junho de 2025 a Corretora constituiu reserva legal no montante de R\$ 167.

c) Reserva de lucros

As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Corretora, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da Administração.

Em 30 de junho de 2025, a Corretora constituiu R\$ 3.172 de reserva de lucros.

d) Dividendos

O Estatuto Social vigente da Corretora prevê a distribuição anual de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido apurado no exercício social após deduzido a constituição sobre a Reserva legal. Adicionalmente, também é prevista a distribuição de dividendos intermediários após aprovação em Assembleia.

No primeiro semestre de 2025 foi distribuído dividendos antecipados no montante de R\$ 4.000.

14. Receita de prestações de serviços

	30.06.2025
Intermediação de serviços prestados (1)	1.493
Tarifa sobre operações em M.E. (1)	8.434
Receitas Moneygram (2)	1.134
Receitas Wester Union (2)	994
Outras Receitas Intercompany	576
Total	12.631

(1) Refere-se as receitas auferidas nas prestações de serviços oferecidas no momento da operação de moeda estrangeira, assim como as taxas incidentes nestas operações;

(2) Refere-se as comissões de agentes de remessa de valores com a Moneygram, Wester Union e outras;

15. Despesas de pessoal

	<u>30.06.2025</u>
Proventos	(17.058)
Benefícios	(9.811)
Encargos sociais	(6.890)
Pró-labore	(613)
Estagiários	(117)
Treinamento	(77)
Total	<u>(34.566)</u>

16. Despesas administrativas

	<u>30.06.2025</u>
Aluguéis e condomínios	(16.646)
Processamento de dados	(3.912)
Serviços do sistema financeiro	(5.416)
Amortização e depreciação	(3.112)
Serviços técnicos especializados (1)	(3.449)
Propaganda e publicidade	(2.187)
Transportes	(1.076)
Comunicações	(712)
Manutenção e conservação	(848)
Serviços de vigilância	(659)
Tributárias	(452)
Viagens	(554)
Água, energia e gás	(326)
Serviços de terceiros	(231)
Material	(175)
Outras despesas administrativas	(1.860)
Total	<u>(41.615)</u>

17. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>30.06.2025</u>
Outras receitas e despesas	(934)
Receita intercompany (nota 20) (1)	1.591
Rendas comissão Wester Union	1.536
Reversão de provisão para contingência	647
Total	<u>2.839</u>

(1) O saldo de R\$ 1.591 em 30 de Junho de 2025, refere-se à Receita de reembolso (Cost Sharing).

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	IRPJ	CSLL
	30.06.2025	30.06.2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	433	433
Participações nos lucros (empregados)	(950)	(950)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(517)	(517)
Adições/(exclusões)	(9.269)	(9.515)
Provisão para contingências	(647)	(647)
Provisão para pagamentos a efetuar	379	379
Adições permanentes	(1.325)	(1.572)
Exclusão Ágio Travelex	(7.705)	(7.705)
Outras	30	30
Base de cálculo antes da compensação	(9.786)	(10.032)
Base de cálculo após compensação	(9.786)	(10.032)
Total imposto de renda e contribuição social diferido	2.386	1.469
Total imposto de renda e contribuição social	2.386	1.469

b) Crédito Tributário

Em 30 de junho de 2025 a Corretora possui créditos tributários constituído de provisões temporárias de IRPJ no valor de R\$ 1.772 e CSLL no valor de R\$ 1.064, possui também créditos tributários registrados decorrentes de prejuízo fiscal no montante de R\$ 28.570 e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 17.261.

Conforme Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99) os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias foram oferecidos a tributação conforme base de cálculo a partir do ano de 2014.

A utilização destes créditos são baseadas em estudos técnicos de viabilidade do negócio que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros projetados para os próximos 10 anos.

Segue abaixo quadro da movimentação do Crédito Tributário:

Crédito Tributário	Saldo Inicial 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo Final Jun/25
Provisões a pagar	1.634	1.665	(1.675)	1.624
PLR - Programa de participação nos lucros	273	296	(135)	434
Contingências de processos trabalhistas	407	57	(78)	385
Contingências de processos cíveis	360	59	(310)	109
Contingências de processos tributários	265	17	(3)	279
MTM - Renda Fixa	(6)	12	-	6
Prejuízo fiscal	26.124	2.446	-	28.570
Base negativa	15.756	1.505	-	17.261
Total de créditos tributários	44.812	6.058	(2.202)	48.667

Segue abaixo composição do valor dos créditos tributários, tendo em vista a expectativa para realização dos ativos fiscais diferidos:

Imposto de renda e contribuição social	Expectativa de realização
2025	5.238
2026	380
2027	1.136
2028	2.212
2029	4.227
2030	4.820
2031	5.513
2032	6.205
2033	6.954
2034	11.982
Total	48.667
Créditos tributários a valor presente	21.892

O valor presente dos créditos tributários, calculados com base na taxa média de captação é de R\$ 21.892 em 30 de junho de 2025.

19. Remuneração da Administração

Definição da alta direção: tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos os integrantes membros da diretoria do Conglomerado Financeiro Travelex (composto pela Corretora e pelo Travelex Banco de Câmbio S.A).

Política: o Conglomerado Financeiro Travelex possui uma política global de remuneração dos membros da diretoria definido em assembleia de acionistas. Em 30 de junho de 2025, a remuneração da Administração foi a seguinte:

	<u>30.06.2025</u>
Proventos	1.089
Encargos sociais	332
Benefícios	122
Total	<u>1.543</u>

Outras informações: (1) conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, não existem quaisquer outras transações entre membros da diretoria e Corretora. (2) A Corretora não possui nenhum benefício no que se refere a plano de previdência estendida a seus administradores.

20. Partes relacionadas

a) Objetivo

A Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política") tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, preservando a transparência do processo e alinhando os interesses da Corretora às práticas de governança corporativa.

b) Definição de partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750, de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas são as seguintes:

Controladora: Travelex do Brasil Holding Financeira Ltda.

Demais partes relacionadas: Travelex Banco de Câmbio S.A., Confidence Turismo Ltda, SACS S.A., Travelex Assessoria em Câmbio e Serviços Auxiliares Ltda, e Travelex do Brasil Holding Não Financeira Ltda e Travelex Corretora de Seguros Ltda Unipessoal.

Os Controladores são considerados como partes relacionadas.

c) Formalização de transações com partes relacionadas

A diretoria executiva da Corretora atua de forma a garantir que as transações com partes relacionadas:

Sejam celebradas por escrito, especificando-se no respectivo instrumento as suas principais características, especialmente a forma de contratação (preço global, preço unitário ou prestação de serviços por cobrança de percentual de administração), preços, prazos, garantias de prazo de execução e de qualidade, impostos e taxas, condições de subcontratação, direitos e responsabilidades;

Sejam realizadas em condições de mercado ou, quando não haja parâmetro de mercado, de negociações assemelhadas anteriores;

Sejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras, nos prazos e conforme regulamentação em vigor.

	30.06.2025
Partes relacionadas	Ativo/(passivo)
Travelex Banco de Câmbio S.A. (1)	7.827
Travelex Banco de Câmbio S.A. (2)	2.531
Travelex Banco de Câmbio S.A. (3)	242
Travelex Banco de Câmbio S.A. (4)	(1.263)
Travelex Assessoria em Serviços de Câmbio (3)	303
Travelex Banco de Câmbio S.A. (5)	1.632

	30.06.2025
Partes relacionadas	Receita/(despesa)
Travelex Banco de Câmbio S.A. (6)	576
Travelex Banco de Câmbio S.A. (7)	(1.830)
Travelex Banco de Câmbio S.A. (8)	(365)
Travelex Banco de Câmbio S.A. (9)	(6.647)
Travelex Assessoria em Serviços de Câmbio (9)	1.591
Travelex Banco de Câmbio S.A. (10)	2.022

- (1) Refere-se a Depósito em Moeda Nacional no País registrado na rubrica de "Caixa e equivalente de caixa"(nota 4).
- (2) Refere-se a Depósito em Moeda Estrangeira registrado na rubrica de ""Caixa e equivalente de caixa"(nota 4).
- (3) Refere-se ao compartilhamento de custos de mão-de-obra registrado na rubrica de créditos diversos (nota 7)
- (4) Refere-se ao compartilhamento de custos de mão de obra registrado na rubrica de outras obrigações diversas (nota 10).
- (5) Refere-se a operações com NDF entre Banco e Corretora.
- (6) Refere-se a comissão por indicação de operações de câmbio dos clientes da Corretora (nota 17).
- (7) Refere-se ao Resultado das Operações de Câmbio entre o Banco e a Corretora de Câmbio.
- (8) Custos de despesas bancárias de remessas efetuadas pela Corretora através do Banco Travelex.
- (9) Despesa de compartilhamento de custos de mão-de-obra e cartões.
- (10) Resultado referente operações de NDF entre Banco e Corretora.

21. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

a.1) *Provisões trabalhistas*

São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias.

a.2) *Provisões cíveis*

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de câmbio e TVM.

a.3) *Obrigações fiscais*

As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo exigível a longo prazo. Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no período, estão a seguir apresentadas:

	30.06.2025			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Cíveis	900	148	(776)	272
Trabalhistas	1.017	142	(196)	963
Tributárias	662	43	(8)	697
Total	2.579	333	(980)	1.932

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2025 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por processos de natureza trabalhista que somam R\$ 813, processos de natureza cíveis que somam R\$ 2.434 e processos de natureza tributária que somam R\$ 16.140 todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda).

22. Gerenciamento de capital e riscos

O Conglomerado Financeiro Travelex, por meio de seus controles internos, garante a manutenção de níveis adequados de capital visando suportar e permitir o desenvolvimento do Conglomerado, de forma compatível com os diversos riscos aos quais está exposto.

No Conglomerado Financeiro Travelex, o Patrimônio de Referência e os Ativos Ponderados por Risco (RWA) são calculados em bases consolidadas. O Conglomerado Prudencial é composto pelas empresas Banco Travelex S.A., Confidence Corretora de Câmbio S.A. e Number One Sociedade Corretora de Câmbio LTDA., e os procedimentos de controle seguem as recomendações do Comitê da Basileia e atendem às normas do Banco Central do Brasil.

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital tem como propósito a avaliação, o monitoramento, a mitigação e controle dos riscos e do capital, com visão prospectiva, de forma a garantir a suficiência de capital e adequá-la às diretrizes e estratégias de negócios do Conglomerado.

A metodologia de Gestão de Riscos e Controles, adotada pelo Conglomerado, tem o objetivo de assegurar que:

- a estrutura de controles seja constantemente avaliada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados aos riscos não controlados e/ou às atividades de controle desnecessárias;
- os objetivos do processo de gestão de riscos e os papéis, funções e responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da instituição sejam compreendidos por todos os funcionários; e
- As áreas compreendam o papel, objetivos, funções e responsabilidades da área de Riscos e Controles Internos, enquanto ferramentas de controle independentes criadas dentro da Instituição.

Risco de mercado (RWAmrad)

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, o qual utiliza modelos padronizados para cálculos, conforme as normas e metodologias definidas pelo Banco Central.

As operações do Conglomerado Prudencial estão segregadas em duas classificações: Carteira de Negociação e Carteira Bancária. Os principais riscos de mercado associados a estas carteiras aos quais o Conglomerado está exposto, são:

Risco cambial (RWAcamb): refere-se aos riscos em ativos e passivos referenciados em moedas estrangeiras, principal foco de negociação do Conglomerado. Estes riscos são avaliados de acordo com as Circulares 3.641/13 e 3.984/20 do Bacen.

Juros pré (RWAjur1): refere-se aos ativos e passivos expostos ao risco de taxas de juros pré-fixados. Os cálculos para apuração do risco realizados de acordo com as instruções contidas na Circular 3.634/13 do Bacen.

Cupom cambial (RWAjur2): refere-se aos ativos e passivos expostos ao risco de cupom de moedas, em que há uma parcela de risco pré-fixado em combinação com os riscos decorrentes da variação do preço de moedas. Os cálculos são realizados baseiam-se nas instruções contidas na Circular 3.635/13 do Bacen.

Riscos Associados a Serviços de Pagamento (RWAsp)

Trata-se da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) que se refere especificamente ao capital requerido para cobrir os riscos relacionados às atividades de serviços de pagamento, como credenciamento, emissão de moeda eletrônica e iniciação de transações; resumindo, é uma medida do capital que as instituições financeiras precisam manter para garantir a segurança e a estabilidade das operações de pagamento.

Risco operacional (RWAopad)

É possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. A nova metodologia utilizada para o cálculo da parcela de Risco Operacional, prevista na Resolução BCB Nº 356, de 28 de novembro de 2023, substitui as três metodologias de cálculo previstas na Circular nº 3.640, de 2013, por um modelo padronizado único, que é mais robusto, mais sensível ao risco, e que aumenta a comparabilidade do requerimento de capital para as diversas instituições do Sistema Financeiro Nacional.

Risco de Crédito (RWAcpad)

O Banco Travellex S.A. realiza operações de crédito de Trade Finance, notadamente operações de Adiantamento de Operações de Câmbio – pré-embarque – (AOC), Adiantamento sobre Cambiais Entregues – pós-embarque – (ACE) e Financiamento à Importação (FINIMP), bem como outras operações que podem exigir alocação de capital para Risco de Crédito. O montante apurado para esta exigência de capital é representado pelo somatório de todas as exposições ativas detidas pelo Conglomerado ponderadas por seus respectivos fatores de ponderação, mitigação e conversão, em conformidade com a Resolução BCB nº 229.

Risco de Liquidez

Define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas, inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Grupo Travellex Confidence atua de forma proativa na gestão do Risco de Liquidez, realizando diariamente o monitoramento das suas posições; o acompanhamento dos níveis de liquidez, com o monitoramento do volume de caixa (próprio e total); atualização das projeções de fluxo de caixa para o horizonte mínimo de 90 dias em diferentes cenários, e realização periódica de testes de stress. Por meio destas avaliações é possível identificar potenciais fragilidades e vulnerabilidades no que tange a liquidez do Conglomerado. A gestão do caixa é realizada pela Tesouraria com suporte da área Riscos, a qual se reporta a Diretoria de Finanças e Riscos.

Ainda aplica-se o Plano de Contingência de Liquidez, o qual se baseia nos controles mencionados anteriormente e nos limites de liquidez estabelecidos na Declaração de Apetite ao Risco.

Índice de Basileia

O ano de 2025 se destaca pela consolidação de ativos, como a Number One Sociedade Corretora de Câmbio LTDA. e a Number One Consultores Associados Ltda., visando qualificar e expandir os negócios do Grupo no segmento de câmbio, através da sinergia já existente. A curto prazo, tal aquisição significou um aumento do pagamento de ágio/goodwill, impactando

negativamente o Patrimônio de Referência, em função do total investido, bem como o adiantamento de dividendos enviados à matriz. O mercado de câmbio apresentou-se mais desafiador, vis-à-vis a entrada de novos *players* e a maior concorrência neste segmento. Com a implantação/implementação da Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021 e ainda a licença de operação como Banco Múltiplo para o Grupo Travelex, exigiu-se novos investimentos em adequação de sistemas, bem como novos desenvolvimentos, o que também contribuiu para a elevação das despesas do período. Observou-se maior exigência de capital em função do risco associado aos sistemas de pagamento e do volume de câmbio negociado; quanto à parcela de risco operacional, observa-se, ainda, uma grande alocação de capital atrelada à manutenção do modelo de parceiras estratégicas, a qual gera despesas de comissionamento; por fim, o decréscimo na exigência de capital para a parcela de risco de mercado deve-se à menor exposição cambial do Conglomerado e do maior controle nos hedges das exposições de moedas frente ao período anteriormente observado.

Base de cálculo - Índice de Basileia		Junho - R\$ Mil
		Prudencial - 2025
1	Patrimônio de Referência	179.243
2	Patrimônio de Referência - Nível I	179.243
3	Capital Principal	179.243
4	Risco de Crédito	163.300
5	Risco Operacional	960.934
6	Risco de Mercado	35.751
7	Risco SP	110.975
8	Ativo Ponderado pelo Risco (RWA) = 4+5+6	1.270.959
(1 / 8)	Índice de Basileia	14,10%
(2 / 8)	Patrimônio de Referência - Nível I	14,10%
(3 / 8)	Capital Principal	14,10%
9	Índice de imobilização	11,25%
Requerimento de Capital - BIS III		Prudencial - 2025
Patrimônio de Referência + Adicional de Capital de Conservação		10,50%
Patrimônio de Referência		8,00%
Patrimônio de Referência - Nível I		6,00%
Capital Principal		4,50%

b) Gerenciamento integrado de riscos

Em conformidade com a Resolução CMN 4.557/17, o Gerenciamento de Riscos e Capital é realizado pelo Grupo Travelex Confidence de maneira integrada.

A estrutura de Gerenciamento de Riscos no Grupo Travelex Confidence foi segregada conforme a Diretoria a que se reporta: Diretoria de Finanças e Riscos: Riscos - composta pelos Riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Risco Social, Ambiental e Climático e Gestão de Capital; Diretoria de Compliance, PLD e Segurança da Informação: Compliance – Composto

por Risco de Conformidade, PLD (KYC e Monitoramento) –, Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, e Risco Operacional e Controles Internos - composto por Risco Operacional e Controles Internos.

O processo de gerenciamento de riscos está alinhado às diretrizes do Conselho de Administração, metodologia global de gerenciamento de riscos da Matriz Travelex e às regulamentações locais aplicáveis ao Grupo Travelex Confidence.

De acordo com a Resolução CMN 4.553/17, que segmenta as Instituições Financeiras em cinco níveis (S1 a S5), conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro, o Conglomerado Financeiro Travelex atualmente está enquadrado no Segmento 4.

c) Análise de sensibilidade

Periodicamente são realizadas análises de sensibilidade cujo objetivo é avaliar o impacto no valor de mercado das posições detidas pelo Conglomerado, quando submetidas a um aumento de 1 ponto-base nas taxas do indexador. Avaliamos as operações com posições próprias, realizadas com intenção de negociação, ou destinadas a hedge da carteira de negociação, observadas as condições normais de mercado.

Adicionalmente, Testes de Stress de risco de mercado são realizados diariamente pela área de Riscos Financeiros, visando analisar os riscos de carteiras específicas, bem como avaliar os potenciais impactos das exposições do Conglomerado frente a uma situação de stress.

Considerando que as carteiras detidas pelo Conglomerado possuem exposições ao risco de mercado nos fatores de Risco Pré, Cupom de moedas e Risco Cambial, sendo este último o risco mais relevante; os testes de stress são realizados para estes fatores de risco, adotando diferentes cenários.

Teste de Stress - Renda Fixa

A avaliação do stress para renda fixa utiliza como premissa os seis cenários de stress de taxa de juros da carteira banking, definidos pelo Bacen (IRRBB) nos termos da Circular 3.876/18. Consideram-se os seguintes cenários de choque padronizados:

1. Aumento das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo (paralelo de alta);
2. Redução das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo (paralelo de baixa);
3. Aumento das taxas de juros de curto prazo;
4. Redução das taxas de juros de curto prazo;
5. Redução das taxas de juros de curto prazo e aumento das taxas de juros de longo prazo;
6. Aumento das taxas de juros de curto prazo e redução das taxas de juros de longo prazo.

Os valores dos cenários padronizados mencionados são definidos por fator de risco, de acordo com a seguinte tabela:

Fatores de Risco (bps)	Paralelo	Curto Prazo	Longo Prazo
Taxas de juros pré-fixadas referenciadas em reais	400	500	300
Taxas de juros pós-fixadas referenciadas em reais	400	500	300

Em 30 de junho de 2025 os seguintes impactos foram obtidos para os Testes de Stress de Renda Fixa:

Renda Fixa (Valores em BRL Mil)	
Posição	337.886
Δ Stress	
Resultado Cenário 1	(22)
Resultado Cenário 2	22
Resultado Cenário 3	(27)
Resultado Cenário 4	28
Resultado Cenário 5	18
Resultado Cenário 6	(17)

Teste de Stress – Câmbio

Em relação ao stress cambial, a magnitude da variação cambial sugerida no teste de stress conservadora e considerada adequada a exposição cambial da Instituição.

Abaixo estão relacionados os cenários/premissas macroeconômicas utilizadas para o cálculo do Stress Cambial do Grupo:

1. Desvalorização do real em 25% contra todas as moedas;
2. Desvalorização do real em 30% contra as moedas da cesta e desvalorização do real em 15% contra as moedas fora da cesta;
3. Valorização do real em 20% contra todas as moedas;
4. Valorização do real em 20% contra as moedas da cesta e valorização do real em 15% contra as moedas fora da cesta;
5. Desvalorização do real em 25% contra as moedas da cesta e valorização do real em 20% contra as moedas fora da cesta;
6. Valorização do real em 20% contra as moedas da cesta e desvalorização do real em 25% contra as moedas fora da cesta.

Em 30 de junho de 2025, os seguintes impactos foram verificados nos Testes de Stress Cambial:

Cambial (Valores em BRL Mil)	
Posição	(7.241)
Δ Stress	
Resultado Cenário 1	(945)
Resultado Cenário 2	(2.942)
Resultado Cenário 3	2.072
Resultado Cenário 4	1.345
Resultado Cenário 5	(3.367)
Resultado Cenário 6	3.400

Com base no conservadorismo da carteira e no apetite a risco do Conglomerado, conclui-se que, até mesmo em um cenário mais volátil, o efeito do stress torna-se marginal frente ao limite regulatório de exposição conforme Resolução CMN Nº 4.956.

Risco Social, Ambiental e Climático

Risco social: é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Travelex Confidence ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

Risco ambiental: é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Travelex Confidence ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Risco climático: é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Travelex Confidence ocasionadas por eventos associados ao aumento na emissão de gases do efeito estufa; e o risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Travelex Confidence ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Dentre as ações executadas sobre essa temática, podemos destacar:

- Subcomitê ESG de periodicidade mensal;
- Criação de KPIs, tendo como principais pilares:
 - a) Gestão inclusiva, com 60% de mulheres no total de colaboradores e 50% de mulheres em cargos de liderança;
 - b) Gestão responsável, com metas de consumo de energia elétrica, consumo de água e controle racional da utilização de papel para impressão;
 - c) Ética nas relações e nos negócios, com a conquista do selo Empresa Limpa e reconhecimento como uma das empresas signatárias do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção;
 - d) Investimentos em projetos sociais como o Museu da Imagem e Som (MIS), time de vôlei Barueri Volleyball Club, a ONG Vocação e o Hospital do Amor.
 - e) Envio de questionário para fornecedores e clientes com perguntas pertinentes ao tema;
 - f) Coleta das informações e identificação dos riscos social, ambiental e climático; e
 - g) Divulgação dos reportes GRSAC e DRSAC.

23. Eventos Subsequentes

Até a data das presentes demonstrações financeiras, não houve eventos subsequentes conforme definido no CPC 24.